



Pronunciamento do Povo Avá Guarani Paranaense rumo à COP30

Nós, representantes do Povo Avá Guarani Paranaense que vivemos no Paraguai e no Brasil, reunidos em Assunção no dia 30 de outubro de 2025, durante o encontro preparatório «Os povos Avá Guarani Paranaenses rumo à COP30: participação, incidência e defesa do território», elevamos nossa palavra coletiva aos povos do mundo e às autoridades que participarão da COP30 em Belém do Pará, na Amazônia brasileira.

Somos um povo milenar da floresta Alto Paraná/Mata Atlântica, do rio e da palavra. Fomos arrancados de nossas terras ancestrais pela construção da **hidrelétrica binacional de Itaipu**, que entre 1979 a 1982 inundou nossas florestas, nossas casas, nossos cemitérios e nossas memórias. Através de remoções forçadas, queimas de casas e mais uma porção de outras violências, nos arrancaram de pelo menos 55 comunidades onde vivíamos na margem do rio Paraná —36 no Paraguai e 19 no Brasil—obrigando-nos a viver em lugares alheios ao nosso modo de vida, com outros povos, distantes da floresta e do rio que sustentam nossa cultura, espiritualidade e subsistência.

Desde então vivemos o Sarambi pá - o esparramo, a dispersão e o silêncio imposto. A desterritorialização e o imenso lago que se formou no que era o rio Paraná, rompeu nossos laços comunitários, interrompeu nossas práticas de pesca, caça e cerimônias, e nos deixou sem reparação. Décadas depois, seguimos enfrentando deslocamentos contínuos, precariedade, traumas, cemitérios profanados e terras ocupadas por empresas do agronegócio. Apesar de tudo, resistimos. Mantemos vivas nossas comunidades e organizações, e seguimos reconstruindo nossa vida em torno do território e da natureza que nos dá sustento.

Nos últimos anos, nossas vozes começaram a ser ouvidas por instituições do Estado brasileiro, que por determinação judicial (ACO 3555), iniciaram o processos de justiça territorial, onde a nossa reivindicação territorial de 50.000 hectares, e té o momento, há apenas o compromisso de compra de 3.000 hectares. Esse processo ainda não é acompanhado pelo Estado paraguaio, embora tenhamos reivindicado persistentemente nossos direitos conforme os marcos jurídicos nacionais e internacionais. Não aceitamos —nem podemos aceitar— que se reparem apenas 2.000 hectares no lado paraguaio, quando aproximadamente 78.000 hectares foram inundados pelo reservatório da represa de Itaipu.

Hoje reafirmamos que a restituição territorial e a **reparação histórica não são favores nem gestos simbólicos**: são **direitos coletivos** que devem ser cumpridos com justiça, dignidade e participação plena.

A mudança climática não começou para nós com as secas ou os incêndios; começou quando nos expulsaram de nossas terras e do nosso rio, destruíram nossas florestas e desviaram nossos rios. As mesmas empresas e governos que hoje falam de transição energética e desenvolvimento sustentável continuam repetindo os padrões de destruição sob novos nomes. Denunciamos a estratégia de propaganda da Itaipu que se apresentam como energia limpa («**greenwashing**») enquanto continuam violando direitos humanos e destruindo territórios.

Desde nossa cosmovisão e espiritualidade, a solução está em voltar a viver em equilíbrio com a terra. **Somos defensores da floresta, guardiões da água, do clima e da vida.** Nossos conhecimentos e formas de manejo do território são parte essencial da resposta à crise climática.

Por isso exigimos que a COP30 reconheça os povos indígenas não como convidados, **mas como protagonistas e guardiões do planeta.**

EXIGIMOS:

1. Restituição territorial e reparação integral do Povo Avá-Guarani Paranaense. Como base de toda justiça climática e reparação histórica, exigimos a restituição dos territórios ancestrais em ambas as margens do rio Paraná, junto com uma reparação integral que reconheça os danos históricos, culturais e ambientais sofridos.



2. Reconhecimento dos direitos territoriais como política climática global. Instamos que os direitos territoriais dos povos indígenas sejam reconhecidos como pilares das políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com o Acordo de Paris e o Marco Global de Biodiversidade.

3. Participação indígena na governança climática e energética. Reivindicamos o direito de decidir sobre os projetos que afetam nossos territórios, com participação plena e vinculante em todas as etapas de planejamento e execução.

4. Proteção efetiva dos defensores do território e do meio ambiente. Exigimos mecanismos internacionais vinculantes para proteger aqueles que defendem a vida e o território frente a ameaças, criminalização e violência, especialmente em contextos de megaprojetos energéticos e agroextrativistas.

5. Transição energética justa sem hidrelétricas nem extrativismo em territórios indígenas. Rejeitamos as falsas soluções climáticas que reproduzem despejos. Exigimos uma transição energética que respeite os direitos indígenas, exclua hidrelétricas, monoculturas e projetos extrativos em comunidades e territórios indígenas, e priorize modelos comunitários e descentralizados.

6. Inclusão do caso Itaipu como dívida ecológica e energética nos relatórios oficiais da COP30. O caso Itaipu deve ser reconhecido como exemplo emblemático de injustiça climática, deslocamento forçado e dívida histórica com os povos indígenas.

7. Fundo de reparação integral para os povos y comunidades deslocadas por hidrelétricas. Propomos a criação de um fundo binacional, com gestão indígena, para reparar os danos causados por represas como Itaipu.

8. Auditoria independente sobre os impactos de Itaipu em território Avá-Guarani Paranaense. Exigimos uma avaliação rigorosa dos impactos sociais, ambientais e culturais, com participação de peritos indígenas e organismos internacionais.

9. Apoio técnico e financeiro a iniciativas indígenas de restauração ecológica e soberania territorial. Solicitamos recursos diretos para fortalecer capacidades locais em restauração, agroecologia, monitoramento ambiental e autogoverno.

10. Reconhecimento da Mata Atlântica e dos territórios indígenas como zonas de proteção climática, espiritual e de biodiversidade. Exigimos que a Mata Atlântica e o Alto Paraná —territórios sagrados do Povo Avá-Guarani Paranaense— sejam reconhecidos como barreiras vivas frente ao colapso climático. Esses ecossistemas são fontes de vida, equilíbrio hídrico e biodiversidade regional, e devem receber status especial de proteção como espaços-chave para a justiça climática, a sobrevivência cultural e a soberania territorial indígena.

A justiça climática não será possível sem justiça para os povos indígenas. Reparar o passado é condição para garantir um futuro comum.

Reafirmamos nosso compromisso de seguir caminhando unidos como Povo Avá Guarani Paranaense, de ambos os lados do rio, levando nossa voz e nossa memória à Cúpula dos Povos e à COP30.

Nossa palavra é resistência e esperança. Somos filhos e filhas da floresta. **Defender a terra e seus filhos é defender a vida.**

«Yvy oiko va'erã ñande reheve — A Terra deve continuar existindo conosco»

**COMISSÃO DE GESTÃO ÉTNICA BINACIONAL
AVÁ GUARANI PARANAENSE**

Assunção, Paraguai, 30 de outubro de 2025